



GUIA PRÁTICO LEI ALDIR BLANC

Auxílio de Emergência Cultural



Movimento Democrático Brasileiro

JULHO 2020

Sumário

1. Apresentação
2. A LEI
3. Quem pode solicitar o subsídio mensal
4. Quem pode receber a renda emergencial
5. Crédito e Fomento
6. Perguntas frequentes
7. Resumo das Etapas de Planejamento
8. Quanto cada ente federado irá receber
9. Referências

Emergência cultural

A pandemia mundial relacionada ao COVID-19 trouxe reflexos econômicos graves, obrigando o Brasil e o mundo, a destacar recursos emergenciais no urgente atendimento de setores fortemente impactados pelo distanciamento social.

Neste sentido, os setores da cultura e da economia criativa foram os mais afetados pela pandemia do novo coronavírus. A situação ainda se agrava com a perspectiva de que o setor possui forte tendência de ser o último a retomar suas atividades.

Com este contexto, a aprovação por unanimidade pelas Bancadas do MDB na Câmara e no Senado, e posterior sanção presidencial da Lei 14.017 de 29 de Junho de 2020, ainda, complementar a edição da Medida Provisória no 986 de 2020, ambas publicadas no Diário Oficial da União (DOU), são as principais medidas no auxílio do setor cultural brasileiro.

Diante disso, a Assessoria Orçamentária do MDB apresenta este Guia Prático, elaborado a fim de indicar orientações iniciais aos parlamentares, assessores orçamentários, gestores estaduais e municipais de cultura do MDB de todo o Brasil.

Assessoria Orçamentária

MDB Nacional

A Lei

São R\$ 3 bilhões em auxílio financeiro a artistas e estabelecimentos culturais durante a pandemia da covid-19. O dinheiro será repassado a estados, Distrito Federal e municípios que vão aplicá-lo em renda emergencial para os trabalhadores do setor, subsídios para manutenção dos espaços e instrumentos como editais, chamadas públicas e prêmios.

Senão, vejamos:

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I – renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II – subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III – editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de

bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

Entidades que podem solicitar o subsídio mensal para o setor de cultura

O valor do subsídio varia de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil

- Pontos de cultura
- Teatros independentes
- Escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança
- Circos
- Cineclubes
- Centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais
- Museus comunitários, centros de memória e patrimônio
- Bibliotecas comunitárias
- Espaços culturais em comunidades indígenas
- Centros artísticos e culturais afrodescendentes
- Comunidades quilombolas
- Espaços de povos e comunidades tradicionais
- Festas populares, inclusive o carnaval, São João e outras de caráter regional
- Teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais
- realizadas em espaços públicos
- Livrarias, editoras e sebos
- Empresas de diversões e produção de espetáculos
- Estúdios de fotografia
- Produtoras de cinema e audiovisual
- Ateliês de pintura, moda, design e artesanato
- Galerias de arte e de fotografias
- Feiras de arte e artesanato
- Espaços de apresentação musical
- Espaços de literatura, poesia e literatura de cordel
- Espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária. agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares
- Outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros de cultura

Quem podem receber a renda emergencial para o setor de cultura

O auxílio é de R\$ 600 por pessoa e de 1200 para mãe de família

- Ter atuado nas áreas artísticas e cultural nos 24 meses anteriores à data de publicação da lei, comprovada a atuação por documento ou autodeclaração
- Não ter emprego formal ativo
- Não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial, de seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, exceto o Bolsa Família
- Ter renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 salários mínimos, o que for maior
- Não ter recebido em 2018 rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70
- Estar inscrito em pelo menos um dos cadastros de cultura
- Não ser beneficiário do auxílio emergencial previsto na Lei 13.982, de 2020
- Poderão receber o auxílio até duas pessoas de uma mesma família

Crédito e fomento

Crédito

Outra medida prevista é a criação de linhas de crédito para fomento de atividades, aquisição de equipamentos e renegociação de dívidas. Os empréstimos deverão ser pagos no prazo de até 36 meses, em parcelas mensais reajustadas pela taxa Selic, a partir de 180 dias contados do final do estado de calamidade pública. É condição para acesso às linhas de crédito o compromisso de manutenção dos níveis de emprego existentes à data de decretação do estado de calamidade pública — 18 de março de 2020.

Fomento

O projeto direciona 20% dos recursos totais repassados para iniciativas vinculadas à compra de bens e serviços para o setor cultural, prêmios e outros gastos voltados à manutenção de agentes, espaços, iniciativas, cursos, produções e desenvolvimento de atividades de economia criativa e solidária.

Ficarão prorrogados por um ano os prazos para aplicação de recursos no setor em projetos culturais já aprovados pelo Executivo.

Perguntas frequentes

Os recursos serão executados de forma descentralizada pelos governos estaduais e prefeituras.

Como acessar estes recursos?

Para acessar os recursos, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias devem constar em cadastros de cultura, e atender aos pré-requisitos estabelecidos pela Lei Aldir Blanc em cada uma das modalidades de apoio emergencial e fomento.

Cadastros de Cultura: Art.7º, 1º:

“Farão jus ao benefício previsto no caput os espaços culturais e artísticos, micro e pequenas empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas e instituições culturais com atividades interrompidas, devendo comprovar sua inscrição e respectiva homologação em, pelo menos, um dos seguintes cadastros:

- I – Cadastros Estaduais de Cultura;
- II – Cadastros Municipais de Cultura;
- III – Cadastro Distrital de Cultura;
- IV – Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;

V – Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;
VI – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);
VII – Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);
VIII – outros cadastros referentes a atividades culturais existentes na Unidade da Federação, bem como projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei.”

Art. 7º, § 2º: “Serão adotadas as medidas cabíveis, por cada ente federativo, enquanto perdurar o período de que trata o art. 1º desta Lei, para garantir, preferencialmente de modo não presencial, inclusões e alterações nos cadastros de forma autodeclaratória e documental que comprovem funcionamento regular.”

A pessoa que tenha recebido auxílio emergencial do governo federal, possua renda mensal superior a meio salário mínimo e/ou receba algum outro benefício, poderá acessar algum benefício previsto na Lei?

Pessoas que se enquadrem nas características acima não poderão solicitar o mecanismo auxílio emergencial a pessoas físicas. Mas poderão concorrer aos editais e chamadas públicas de fomento e/ou aquisição de bens e serviços culturais.

Poderão ainda receber o subsídio mensal entre R\$ 3 e R\$ 10 mil, caso sejam responsáveis por espaços culturais e artísticos, micro e pequenas empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas e instituições culturais com atividades interrompidas.

Os espaços culturais e artísticos e organizações culturais comunitárias precisam ter personalidade jurídica para ter acesso aos benefícios previs-

tos na Lei?

A Lei não estabelece a obrigatoriedade de possuir CNPJ ativo para o acesso aos benefícios previstos aos espaços culturais.

O que diz a Lei:

“Art. 8º Compreende-se como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais(...)”.

! IMPORTANTE – Para a garantia deste direito previsto na Lei Aldir Blanc, é decisivo que sua regulamentação e implementação nos estados e municípios observe a definição ampla do que são espaços culturais, contemplando a diversidade de formas de organização, expressão e organização da arte e da cultura em todo o país.

A Lei estabelece contrapartidas. Quais são elas?

A Lei diz que os espaços culturais e artísticos, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas e as instituições beneficiadas ficarão obrigados a garantir como contrapartida, após o reinício de suas atividades, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, a serem definidas em conjunto com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.

Como será a divisão de responsabilidades entre estados e municípios na execução dos recursos e na aplicação dos mecanismos de auxílios, subsídios e editais previstos na Lei Aldir Blanc?

O texto da Lei garante que cada estado ou município pode executar os 3 mecanismos previstos na Lei, de acordo com a realidade de cada local e região. Cabe aos entes federados estabelecer as “portas de entrada” a todos os mecanismos previstos na Lei, evitando cumulatividade ou sobreposições. Caberá a estados e municípios regulamentar qual esfera será responsável pela execução de cada mecanismo, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura e promovendo diálogo, cooperação e troca de informações entre os gestores culturais.

Caso uma cidade não tenha Secretaria ou Fundo Municipal de Cultura, como será feito o repasse dos recursos previstos para o município?

Os recursos previstos na Lei (R\$3 bilhões) serão executados de forma descentralizada, mediante transferências da União a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, preferencialmente por meio dos Fundos Estaduais, Municipais e Distrital de Cultura ou, quando não houver, outros órgãos ou entidades responsáveis pela gestão desses recursos.

Se o estado ou município não tiver Secretaria ou órgão responsável pela cultura, deverá ser designado órgão público responsável pela gestão e execução dos recursos.

Se o estado ou município não tiver Fundo de Cultura, deverá ser designada conta bancária específica para o depósito e aplicação dos recursos oriundos da Lei Aldir Blanc.

10 – Outros benefícios previstos na Lei:

Leis de Incentivo: Prorroga automaticamente por 1 ano os prazos para aplicação dos recursos, realização das atividades culturais e respectiva prestação de contas dos projetos culturais já aprovados, por órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

Adiantamento de Recursos: Antecipação da execução de recursos de apoio e fomento já previstos para ações artísticas e culturais, mesmo que sua realização somente seja possível após o fim do estado de calamidade.

Ações Virtuais: Fomento de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais.

MUNICÍPIOS, IMPORTANTE LEMBRAR!

A Lei estabelece um prazo de até 60 dias para que os municípios apontem o destino dos recursos recebidos. Caso contrário, estes serão revertidos para o Fundo Estadual de Cultura. Isso reforça a urgência para que os municípios iniciem, desde já, o planejamento da execução das ações e de gestão destes recursos.

§ 1º Os Municípios terão prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de recebimento do recurso, para a destinação prevista no art. 2º desta Lei. § 2º Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a descentralização aos Municípios deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou, na falta deste, ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

Resumo das Etapas de Planejamento

Primeiros passos

REGULAMENTAÇÃO: Estabelecimento de Decreto Estadual e/ou Municipal para Execução da Lei; Mobilização do Comitê Gestor para definição de plano de execução dos recursos.

PLANEJAMENTO PARA CADASTRO: Lançamento da campanha de cadastramento a partir das bases de apoio para o diagnóstico dos interessados, sejam elas da secretarias e/ou coordenações/departamentos de cultura ou em parceria com a Educação (Escolas), Assistências Social (Cras), Associações, Pontos de Cultura.

PLANOS DE AÇÃO: Buscar mais informações, orientações e modelos de editais para subsidiar a elaboração do Plano de Ação para distribuição do recurso, os entes federados mesmo antes do recursos devem iniciar o planejamento interno.

EDITAIS, CHAMADAS PÚBLICAS ENTRE OUTROS: O ente federado deverá utilizar, no mínimo, 20% do montante de recursos que receber da União realizando editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia

criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como para a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

ATENÇÃO, MUNICÍPIO: Na programação da utilização dos recursos, o Município deve definir, em consonância com a demanda do setor cultural local e a realidade do Município – sabendo que deverá utilizar outra parte do montante de recursos com iniciativas previstas nos incs. I e II do art. 2º –, quais serão, dentre as iniciativas previstas no inc. III do art. 2º, as implementadas no Município.

Quanto cada ente federado irá receber - municípios

ESTADO	UF	QDE.MUNICÍPIOS	VALOR TOTAL MUN.	% DO VALOR DO BENEFÍCIO MUN.
Acre	AC	22	6.645.910,12	0,443%
Alagoas	AL	102	25.868.006,18	1,725%
Amapá	AP	16	6.015.097,27	0,401%
Amazonas	AM	62	28.503.330,43	1,900%
Bahia	BA	417	112.502.083,18	7,500%
Ceará	CE	184	67.049.954,96	4,470%
Distrito Federal	DF	1	17.731.029,00	1,182%
Espírito Santo	ES	78	28.456.507,54	1,897%
Goiás	GO	246	51.225.881,84	3,415%
Maranhão	MA	217	53.189.101,60	3,546%
Mato Grosso	MT	141	25.354.360,46	1,690%
Mato Grosso do Sul	MS	79	20.269.422,83	1,351%
Minas Gerais	MG	853	160.238.502,15	10,683%
Pará	PA	144	59.838.881,49	3,989%
Paraíba	PB	223	32.363.116,40	2,158%
Paraná	PR	399	85.594.324,10	5,706%
Pernambuco	PE	184	69.068.056,80	4,605%
Piauí	PI	224	26.664.023,82	1,778%
Rio de Janeiro	RJ	92	107.675.685,57	7,178%
Rio Grande do Norte	RN	167	27.452.174,30	1,830%
Rio Grande do Sul	RS	497	85.181.296,97	5,679%
Rondônia	RO	52	12.601.005,07	0,840%
Roraima	RR	15	4.969.339,32	0,331%
Santa Catarina	SC	295	52.603.738,32	3,507%
São Paulo	SP	645	302.190.042,40	20,146%
Sergipe	SE	75	17.611.017,38	1,174%
Tocantins	TO	139	13.138.109,85	0,876%
TOTAIS		5.569	1.500.000.000,03	100%

Quanto cada ente federado irá receber - estados

ESTADO	UF	VALOR TOTAL ESTADO	% DO VALOR POR ESTADOS
Acre	AC	15.298,181,88	1,01988%
Alagoas	AL	31.534.084,58	2,10227%
Amapá	AP	15.064.484,42	1,00430%
Amazonas	AM	32.021.165,58	2,13474%
Bahia	BA	113.142.483,77	7,54283%
Ceará	CE	74.147.959,20	4,94320%
Distrito Federal	DF	19.285.499,97	1,28570%
Espírito Santo	ES	27.443.452,38	1,82956%
Goiás	GO	48.598.793,68	3,23992%
Maranhão	MA	62.242.761,34	4,14952%
Mato Grosso	MT	26.820.345,94	1,78802%
Mato Grosso do Sul	MS	19.861.908,44	1,32413%
Minas Gerais	MG	134.221.287,61	8,94809%
Pará	PA	67.641.674,13	4,50944%
Paraíba	PB	37.303.166,44	2,48714%
Paraná	PR	73.930.742,95	4,92872%
Pernambuco	PE	75.272.594,74	5,01817%
Piauí	PI	31.651.850,78	2,11012%
Rio de Janeiro	RJ	103.152.867,83	6,86786%
Rio Grande do Norte	RN	32.552.215,46	2,17015%
Rio Grande do Sul	RS	72.019.830,60	4,80132%
Rondônia	RO	18.390.555,58	1,22604%
Roraima	RR	10.900.537,20	0,72670%
Santa catarina	SC	44.744.921,07	2,98299%
São Paulo	SP	265.163.043,29	17,67754%
Sergipe	SE	25.589.715,76	1,70598%
Tocantins	TO	21.999.875,37	1,46666%
TOTAIS		1.500.000.000,00	100%

Referências

Diário Oficial da União
Agência Senado – Senado Federal
Agência Câmara de Notícias – Câmara dos Deputados
Confederação Nacional dos Municípios – CNM
Relatoria da Matéria na Câmara dos Deputados

Pesquisa e organização:



**Instituto Nacional
de Orçamento Público**